

# PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS: uma análise sobre as relações étnicas raciais no município de Ubá-MG

COSTA, Elizandra Mendes Mathias <sup>1</sup> ; COELHO, Tatiana Costa <sup>2</sup>



elizandramendesmathiascosta@gmail.com.br  
tatiana.coelho@unifagoc.edu.br

<sup>1</sup> Discente - PEDAGOGIA

<sup>2</sup> Docente - PEDAGOGIA

## RESUMO

*Este trabalho busca analisar as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, suas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e as políticas educacionais afirmativas que introduzem a história e a cultura afro-brasileira nas escolas de maneira oficial e obrigatória. Para melhor compreender as ações dos docentes e discentes nesse contexto, realizamos uma pesquisa qualitativa em duas escolas do município de Ubá-MG, na qual analisamos a formação histórica brasileira do preconceito racial, as práticas pedagógicas que são trabalhadas frente as questões referidas na lei, a fim de identificar de que modo esse preconceito ainda se faz presente em nosso país, com ênfase, no ambiente escolar.*

**Palavras-chave:** Educação. Preconceito racial. Cultura afro-brasileira. Práticas pedagógicas.

## INTRODUÇÃO

É importante compreender a força e o caráter da Lei nº10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e prevê a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo da educação básica. Em 2008, a Lei nº 11.645/08 acrescenta a ela o ensino da história e da cultura dos povos indígenas.

A Lei 10.639/03 surgiu alterando a Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394/96, numa tentativa de reparar a exclusão do negro como sujeito histórico, estabelecendo medidas para promover o ensino de história da África e afro-brasileira em todos os níveis educacionais (MARQUES; ALMEIDA FILHO, 2018).

“Assim sendo”, como salienta Paixão (2006, p. 18), “o enfrentamento das questões derivadas das relações étnico-raciais é um dos maiores desafios da humanidade no século XXI”. É um dos entraves para que seja implementada no ambiente escolar de forma efetiva é a resistência da maioria das escolas e dos profissionais que nelas atuam em assumir o comprometimento com a educação das e para as relações étnico-raciais.

De acordo com os estudos de Araújo (2013, p. 122), as instituições de ensino brasileiras ainda não dispõem de materiais didáticos que valorizam a cultura negra e indígena, suas histórias e lutas. Dessa forma, a escola fica sem uma referência para trabalhar efetivamente tal temática.

Negros e Índios, quando aparecem nos materiais didáticos, seja através de ilustrações ou textos, são retratados de forma pejorativa, preconceituosa ou estereotipada, sempre numa posição de inferioridade ao homem branco. Os livros didáticos, sobretudo os de história, valorizam os grandes feitos dos chamados 'heróis nacionais', em geral homens brancos, dando uma visão eurocêntrica para a história do Brasil. (FERNANDES, 2005, p. 380).

Os africanos que aportaram no território brasileiro na condição de escravos tinham uma vida e uma história em seu país de origem; no entanto, os colonizadores portugueses tentaram apagar suas identidades, dando-lhes outro nome e inculcando neles sua própria cultura. Considerando os escravos como mercadorias, seus proprietários usufruíram do seu trabalho até deixarem de ter serventia; com a abolição da escravatura, os recém-libertos passaram a constituir um estorvo para a sociedade brasileira (PEREIRA; SILVA, 2012).

A luta da população negra para superar o racismo tem uma longa trajetória de lutas, transformações e conquistas, a qual se inicia nos quilombos, no tempo da escravidão. Contudo, desde o início, o Movimento Negro sempre soube da importância e da força da educação para a superação das diferenças.

Diante do exposto, surge a problematização deste estudo: de que maneira está sendo trabalhado o combate ao racismo como propõe a Lei 10.639/03?

Portanto, o objetivo deste trabalho foi analisar a atuação dos docentes e discentes acerca do estudo da história da África e das relações étnicas e raciais nas escolas do ensino fundamental I no município de Ubá, como proposto pela Lei 10.639/03, verificando de que forma é abordado o referido assunto no espaço da escola, como também a formação dos docentes acerca da cultura afro-brasileira.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo foi a abordagem qualitativa, a qual não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, mas permite aos pesquisadores explorarem novos enfoques. Através dela é possível realizar a pesquisa de três formas: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnologia (GODOY, 1995).

A pesquisa qualitativa localiza o observador no mundo. Trata-se de um conjunto de práticas interpretativas, materiais, entrevistas, fotografias e notas de campo, com o qual se procura interpretar o fenômeno em termos do significado que as pessoas lhe conferem. A abordagem qualitativa compreende a subjetividade de cada realidade e convida o pesquisador a interagir com o objeto e o sujeito pesquisado, construindo assim seu significado. Desse modo, sua bagagem de experiências e sua visão de mundo se interlaçam, e ele se torna intérprete do processo (CHUEKE; LIMA, 2012).

O instrumento utilizado para coleta de dados desta pesquisa foi o questionário,

o que proporcionou uma interação entre pesquisador e pesquisado. Para isso, a priori, realizamos uma revisão bibliográfica dos autores clássicos sobre a formação histórica brasileira do preconceito racial no Brasil e o ensino de história da África. Realizamos uma leitura apurada da implantação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 e suas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e as políticas educacionais afirmativas que introduzem a história e a cultura afro-brasileira nas escolas de maneira oficial e obrigatória.

A partir daí, foi feita uma análise de duas escolas (uma pública e uma particular), que refletem dois mundos diversificados, sobre a introdução da história e da cultura afro-brasileira no ambiente das crianças do ensino fundamental I, através da aplicação de um questionário aos docentes e à equipe pedagógica dessas duas instituições de ensino, com o objetivo de identificar, através dos profissionais que nela trabalham, a postura da escola sobre a cultura afro-brasileira e as relações étnico-raciais, assim como o espaço cedido para essas discussões, realizando uma análise crítica do “modelo eurocêntrico”.

## **ANÁLISE DE RESULTADOS**

Foram entrevistadas professoras da rede pública e da privada com tempo de atuação na educação entre cinco e vinte e um anos de serviço.

Após realizar entrevista com os professores, percebemos uma diferença de realidade entre os docentes que atuam em escolas particulares e aqueles que estão somente na pública, assim como entre aqueles que têm experiência com os dois públicos, tanto o da rede pública quanto o da instituição particular. Quando questionados sobre a referida Lei, todos relataram ter conhecimento dela e reconhecerem a sua importância. Contudo, nenhum dos professores entrevistados realizou curso complementar para enriquecer seus conhecimentos relacionados ao tema da Lei 10.639/03. Embora afirmassem julgar importante o curso de atualização, relataram que as autoridades educacionais nunca ofereceram cursos dessa temática na região, o que se evidencia no depoimento de uma das entrevistadas:

Não realizei nenhum curso específico, mas busco ler artigos sobre o assunto para me informar. Ainda nos deparamos com resistência por parte de algumas autoridades educacionais no incentivo ao treinamento.

Essa fala endossa a perspectiva de Oliva (2006), o qual afirma que uma das maiores preocupações na implantação do estudo da história da África no Brasil seria a formação docente.

Quando questionados se já tiveram algum problema relacionado a preconceito e racismo por parte do aluno, ou então envolvendo professores e funcionários da escola, os professores que atuaram somente na rede particular relataram que nunca tiveram esse tipo de problema, enquanto os que trabalham nas redes públicas admitiram já ter

vivenciado ou presenciado algum tipo de situação envolvendo essas questões.

No questionário foi perguntado qual a melhor maneira de combater o racismo na escola, e a fala de duas professoras chamou atenção:

O racismo ou qualquer outro tipo de preconceito deve ser trabalhado construindo na criança respeito ao próximo, respeito ao corpo, respeito ao ser humano. Acredito que temos que educar para o amor e não para diferenciar características específicas.

A melhor forma é mostrar o real valor deste povo para a formação histórica do nosso país e ressaltar o erro que foi tratar este povo desde o início como objeto.

De acordo com Rocha (2006), um dos maiores fatores do preconceito racial consiste na desigualdade social, evidenciando que o aluno que possui poucas condições financeiras e que está mais propenso a conviver com a desigualdade é o que produz relatos acerca do racismo.

Além disso, foi realizada uma análise do material didático trabalhado por essas escolas para verificar se dispõem de materiais que valorizam a cultura negra, suas histórias e lutas, a origem do povo africano, e identificar de que maneira os professores trabalham essas questões em sala de aula.

A rede privada dispõe de melhores recursos para trabalhar a temática, como vídeos e jogos, principalmente para a educação infantil e o fundamental 1. No entanto, os materiais persistem em retratar a população negra e a indígena de uma forma inferiorizada, desconhecendo sua representatividade antes do período de escravização.

Os professores relatam que trabalham a questão do preconceito e racismo de uma forma geral, sem se aprofundar, e que, quando acontece alguma situação relacionada com o tema, trabalham a questão do respeito de uma forma geral.

Analisando as respostas aos questionamentos realizados aos professores das escolas públicas e privadas, percebemos que, quando não se tem conhecimento do assunto relacionado às questões étnico-raciais de uma maneira mais aprofundada, não se pode dialogar com propriedade sobre a referida temática. Não podemos negar que há tentativas de construir ações a partir dos conhecimentos próprios, mas ainda falta incentivo público para a capacitação dos professores para trabalhar com as questões étnico-raciais.

Verifica-se que diversos professores não compreendem em quais momentos ocorrem atitudes e práticas discriminatórias e preconceituosas que impedem a realização de uma educação antidiscriminatória. No entanto, um olhar um pouco mais crítico e preocupado com as relações estabelecidas na escola flagra situações que constata a existência de um tratamento diferenciado que hierarquiza o pertencimento racial entre os alunos. (FELIX, 2017, p. 77).

De acordo com Felix (2017), não é uma tarefa fácil desconstruir atitudes e ações excludentes e racistas que estão enraizadas na cultura brasileira; além disso, desfazer

equívocos raciais no âmbito educacional é desafiador, assim como dialogar com as diferentes culturas sem deixar que elas percam sua essência, possibilitando uma educação intercultural, bilíngue, multilíngue e comunitária. O autor recomenda que se procure abordar a história da África antes da escravidão, aprofundando-se nas causas e consequências da dispersão do povo africano pelo mundo, abordando suas lutas e a sua contribuição para o desenvolvimento da humanidade, para, dessa maneira, proporcionar a recuperação de suas memórias históricas, valorizando suas ciências e línguas.

Por meio dos questionamentos deste trabalho, os professores foram convidados a refletir sobre a sua cultura curricular, revendo seus conceitos estereotipados, dissociando o “mito da democracia racial” de forma a tentar reparar a dívida história com o povo negro e indígena. Com isso, tem-se um currículo ético, representativo e que respeite a dignidade humana, podendo assim nortear o educador e emancipar o educando.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Diego Matos. **Educação e relações étnico-raciais**. 2016.

ARAÚJO, Jurandir; MORAIS, Rossival Sampaio. **Ressignificando a história e a cultura africana e afro-brasileira na escola**.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida; GIUGLIANI Beatriz. **Por uma educação das relações étnico-raciais**, 2014.

BANCO MUNDIAL. **Estratégia de assistência ao Brasil 2004-2007**. Departamento do Brasil Região da América Latina e Caribe, 2003.

BORON, A. **A coruja de Minerva**: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

CHUEKE, Gabriel Vouga; LIMA, Manolita Correia. Pesquisa qualitativa: evolução e critérios. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 128, p. 63-69, 2012.

CORSI, Adriana Maria; LIMA, E. F. Práticas pedagógicas no ensino fundamental na perspectiva do multiculturalismo crítico. **Currículo sem fronteiras**, v. 10, n. 2, p. 158-182, 2010.

GOULARTE, Raquel da Silva; MELO, Karoline Rodrigues de. A lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental. **Entretextos**, v. 13, n. 2. 2013

FÉLIX, Ana Cláudia *et al.* Educação indígena. **ATUAÇÃO DOCENTE NA DIVERSIDADE**, p. 20, 2017.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cad. Cedes, Campinas**, v. 25, n. 67, p. 378-388, 2005.

GENTILI P. SILVA, T. (orgs.) **Escola S.A**: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 1996.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 27, n. 1, 2010.

GUILHERME, Willian Douglas. **Contradições e Desafios na Educação Brasileira**. 2019.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A história da África nos bancos escolares**: representações e imprecisões na literatura didática, 2003.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Universidade Federal de Goiás. Catalão-GO, 2011.

PAIXÃO, Marcelo JP. **Manifesto antirracista**: ideias em prol de uma utopia chamada Brasil. DP&A, 2005.

PAIXÃO, Marcelo JP. **Manifesto antirracista**: ideias em prol de uma utopia chamada Brasil. DP&A; LPP/ UERJ, 2006.

PEREIRA, Amilcar Araújo. Movimento negro brasileiro: aspectos da luta por educação e pela "reavaliação do papel do negro na história do Brasil" ao longo do século XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH**, São Paulo, 2011.

PEREIRA, Márcia Moreira; SILVA, Maurício. Curso da Lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos. **Linguagens & Cidadania**, v. 14, n. 1, 2012.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Desigualdades raciais no ensino superior no Brasil: um estudo comparativo. In: QUEIROZ, Delcele Mascarenhas (coord.). **O negro na universidade**. Salvador: Novos Toques, 2002.

SEYFERTH, G. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo. In: **Racismo no Brasil**. SP: Peirópolis / Abong, 2002.

SILVA, Claudilene Maria da; SANTIAGO, Eliete. Pensamento negro e educação intercultural no Brasil. In: **Acta Científica XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**, Santiago. 2013.

SILVA, Petronilha Beatriz. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, v. 30, n. 63, p. 489-506, 2007.

TOMMASI; WARDE; HADDAD (orgs). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Editora Cortez, 1996.